**FACULDADES UNIFICADAS DE GUARAPARI**

**CURSO DE DIREITO**

**UILIAM ALMEIDA DA COSTA**

**SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL E A LEI DE EXECUÇÕES PENAIS:**

**Um paradoxo a sua premissa de ressocializar.**

**GUARAPARI/ES**

**2015**

**UILIAM ALMEIDA DA COSTA**

**SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL E A LEI DE EXECUÇÕES PENAIS:**

**Um paradoxo a sua premissa de ressocializar.**

Monografia apresentada no Curso de Direito das Faculdades Unificadas de Guarapari, como requisito l para obtenção de Título de Bacharel em Direito.

**Professor Orientador Fabrício da Mata Corrêa**

**GUARAPARI/ES**

**2015**

**UILIAM ALMEIDA DA COSTA**

**SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL E A LEI DE EXECUÇÕES PENAIS:**

**Um paradoxo a sua premissa de ressocializar.**

Monografia apresentada ao Curso de Direito das Faculdades Unificadas de Guarapari como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovada em \_\_\_ de Julho de 2015

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Orientador Prof. Fabrício da Mata Corrêa

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Avaliador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Avaliador

**AGRADECIMENTO**

A Deus pela força da vida e a minha família pelo carinho e dedicação dados a minha pessoa durante todo o curso.

Ao Meu Orientador professor Fabrício da Mata Corrêa, pelo suporte na execução deste trabalho e as orientações valorosas.

A Todos que direta e indiretamente me ajudaram durante todo meu curso.

Аоs meus pais, em especial a minha genitora Aldetina Almeida, minha esposa Patrícia will, minha filha Jhennifer Costa е a toda minha família que, com muito carinho е apoio, não mediram esforços para qυе еu chegasse até esta etapa de minha vida.

“A tortura é muitas vezes um meio seguro de condenar o inocente fraco e de absolver o celerado robusto”. (BECCARIA, 1768, p.23)

**RESUMO**

Não é surpresa pra ninguém o caos que assola o cenário prisional do Brasil, onde cotidianamente direitos fundamentais vêm sendo violados, não obstante, a Lei de Execução Penal nacional é considerada uma das mais avançadas, principalmente no que tange a preocupação com a dignidade humana e, por conseguinte, com os direitos fundamentais do preso. O objetivo do presente trabalho de monografia é verificar o porquê da ineficácia da Lei de Execuções Penais que possui uma doutrina de regeneração promissora, não obstante, no concreto, não contempla o condenado de maneira eficaz, ao contrario, este mesmo preso, dentro do cárcere, acaba por ter regrada sua má conduta através de influências negativas, corroborada pela falta de estrutura prisional que acaba por evoluí-lo no crime, passando de simples delitos, até então praticados, para reiterados crimes graves que sucumbem toda sociedade. Logo a prisão que, no abstrato da LEP possui uma premissa magnífica de ressocialização, mal implantada e sem diretrizes praticas que norteiem um eficiente trabalho de regeneração, acaba se tornando ineficaz e ineficiente frente ao sistema prisional, que metaforicamente a transformou-se em uma verdadeira Faculdade Do Mal. A pena restritiva de liberdade entre outras funções visa à ressocialização do preso para que este possa ser reintegrado à sociedade. Contudo, o que se verifica na prática é que as prisões não ressocializam, pelo contrário, acarretam sobre a pessoa do encarcerado inúmeros efeitos negativos, os quais contribuem para sua permanência no crime. Os presos, em geral, saem da prisão piores do que entraram e, inseridos novamente na sociedade, sem uma perspectiva de vida, tendem a novamente delinqüir. Portanto será explicitado no trabalho em tela o que poderia estar contrastando ou obstando em concreto o que preconiza a Lei de Execuções Penais, reiteradamente, completa sob a ótica de recuperação do preso; além de possíveis soluções para tais problemas. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde foram consultados livros, artigos publicados em periódicos, internet, documentos e a legislação pertinente ao tema.

**Palavras chaves:** ressocialização, lei de execuções penais, delinqüente, sistema prisional, ineficácia da lei, execução penal, problemas e soluções, reincidência.

ABSTRACT

It's no surprise to anyone chaos plaguing the prison scene in Brazil, where every day fundamental rights have been violated, however, the National Penal Execution Law is considered one of the most advanced, especially with regard to concern for human dignity and therefore, the fundamental rights of the prisoner. The aim of this thesis work is to check why the ineffectiveness of the Penal Execution Law, which has a doctrine of regeneration promising, however, the concrete, does not include the convict effectively, on the contrary, this same prison, in the prison , turns out to have ruled their misconduct by negative influences, supported by the lack of prison structure which ultimately evolve it in crime, from simple offenses, hitherto practiced, for repeated serious crimes of all sociedade. Logo succumb to prison in the abstract LEP has a magnificent premise of rehabilitation, poorly implemented and no practice guidelines to guide an efficient regeneration work, turns out to be ineffective and inefficient front of the prison system, which metaphorically transformed into a real Faculty Of Evil. The penalty restricting freedom among other functions aimed at the rehabilitation of the prisoner so that it can be reintegrated into society. However, what occurs in practice is that prisons ressocializam not, however, carry on the person imprisoned numerous negative effects, which contribute to their stay in the crime. Prisoners generally come out of prison worse than they entered and re-entered society without a perspective of life, tend to transgress again. So will be explained in screen work which could be contrasting or hampering concrete which advocates the Law of Penal Execution, repeatedly, under the full recovery of the optical arrested; and possible solutions to such problems. Therefore it carried out a literature review where books were consulted, journal articles, internet, documents and relevant legislation to the topic.

**Key words**: rehabilitation, law of criminal executions, criminal, prison system, law inefficiency, criminal enforcement, problems and solutions, recurrence.

**LISTA DE SIGLAS**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CF - Constituição Federal

CCB - Código Civil Brasileiro

CPB - Código Penal Brasileiro

CPPB- Código Processo Penal Brasileiro

CNPCP- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CCJ- Conselho Nacional de Justiça

DEPEN- Departamento Penitenciário Nacional

FUNPEN- Fundo Penitenciário Nacional,

**SUMÁRIO**

**1. INTRODUÇÃO...............................................................................................10**

**2. ASPECTO JURIDICO DAS PENAS.............................................................11**

2.1 A PENA E SUA EVOLUÇÃO HISTORICA.................................................11

**2.1.1 Destaque na Antiguidade.......................................................................11**

2.1.1.1 Vingança privada...................................................................................12

2.1.1.2 Vingança divina......................................................................................12

2.1.1.3 Vingança publica....................................................................................13

**2.1.2 Destaque iluminista................................................................................13**

2.1.2.1 Criticas de Beccaria...............................................................................14

**2.1.3 Destaque Contemporâneo: No Brasil ..................................................15**

**2.1.4 Das Teorias Finalísticas.........................................................................18**

2.1.4.1 Teoria Absoluta ou da Retribuição.........................................................18

**2.1.4.2 A Teoria Relativa, Finalista, Utilitária ou da Prevenção.........................18**

2.1.4.3 Teoria mista ou unificadora....................................................................19

2.2 SISTEMAS PRISIONAIS.............................................................................19

**2.2.1 Pensilvânico ou Celular.........................................................................19**

**2.2.2 Sistema de Alburn, ou alburniano.......................................................20**

**2.2.3 Sistema Progressivo..............................................................................20**

**3. SISTEMA DE EXECUÇÃO PENA**L...............................................................**23**

3.1 DOS PRINCIPIOS CONTITUCIONAIS........................................................23

**3.1.1 Princípio da Humanização da Pena......................................................24**

**3.1.2 Princípio da Individualização da Pena.................................................24**

**3.1.3 Princípio da Legalidade..........................................................................25**

**3.1.4 Princípio da Igualdade. ..........................................................................26**

3.2 REGIMES PRISIONAIS DA PENA PRIVATIVA DA....................................28

LIBERDADE: Fechado, Semi-Aberto e Aberto..................................................29

**3.2.1 Regime Fechado ....................................................................................29**

**3.2.2 Regime Semi-Aberto..............................................................................30**

**3.2.3 Regime Aberto........................................................................................31**

3.2.3.1 Prisão Albergue Domiciliar.....................................................................32

**3.2.4 Regime Disciplinar Diferenciado..........................................................34**

3.2.4.1 RDD, Sanção ou Beneficio? .................................................................35

3.3 PRECEITOS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL- 7210/84..........................37

**4. DO SISTEM PRISIONAL FALIDO E DA CONSEQUENTE INEFICÁCIA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.............................................................................40**

4.1 DAS PRISÕES ............................................................................................40

**4.1.1 Superlotação...........................................................................................40**

4.1.1.1 Faltas de vagas......................................................................................41

4.1.1.2 Otimização e celeridade jurídica............................................................42

4.1.1.3 Reincidência e o descaso do Estado.....................................................43

**4.1.2 Da graduação no crime..........................................................................44**

**4.1.3 Falta de Infra- estrutura..........................................................................45**

**4.1.4 complexidade de Inserção do egresso.................................................45**

4.1.4.1 Preconceito, Discriminação e Estereotipagem.....................................46

**4.1.5 Do ócio ....................................................................................................47**

**4.1.6 Da Invisibilidade Política........................................................................48**

**­4.1.7 Descumprimento dos Direitos Inerentes ao Preso............................49**

**4.1.8 Da Falta de Socialização........................................................................49**

4.2 INEFICÁCIAS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL**.** ........................................50

**4.2.1** **Da Utopia de Ressocializar...................................................................50**

**4.2.2 Da Solução .............................................................................................51**

4.2.2.1 Políticas Penitenciarias..........................................................................52

4.2.2.2 Construção de presídios/ Infra-estrutura...............................................53

4.2.2.3 Efetividade das Normas.........................................................................55

4.2.2.4 Consciência Social e Governamental....................................................55

**5. CONCLUSÃO................................................................................................58**

**6. REFERÊNCIAS.............................................................................................60**